

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORIA

INFORMAÇÃO N.º _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

PARECER DA COP

A proposta de reajuste salarial, aprovada pela COP e pelo Co em 2 de setembro de 2014, foi de 5,2%, sendo 2,6% em outubro e 2,534% em janeiro de 2015. Dessa forma, o aumento de 2,6% incidiria sobre os salários de novembro, dezembro e o décimo terceiro salário. Assim, considerando-se que a folha de pagamento mensal é da ordem de R\$ 300 milhões, o custo estimado sobre cada folha seria da ordem de R\$ 7,8 milhões e, para o ano de 2014, o impacto total seria da ordem de R\$ 23,4 milhões.

Essa proposta foi viabilizada pela aprovação do PIDV, mesmo com as incertezas inerentes a esse tipo de programa. Apesar do gasto com indenizações de R\$ 400 milhões, a redução na folha de pagamento permitiria recuperar essa despesa em cerca de vinte meses. Contudo, ainda assim, medidas compensatórias adicionais seriam necessárias e urgentes.

Em reunião do CRUESP, de 03 de setembro, foi sugerido o mesmo índice de reajuste total (5,2%), dividido em duas parcelas iguais de 2,57%. Representantes do Fórum das Seis sugeriram a antecipação da primeira parcela para setembro e da segunda para dezembro deste ano; com isso, o índice de 2,57% incidiria sobre as folhas de outubro e novembro e o índice total sobre as folhas de dezembro e décimo terceiro salário. Nessa nova proposta, o custo adicional em 2014 é da ordem de R\$15,3 milhões, totalizando R\$ 38,7 milhões.

Incorporou-se às demandas, além do reajuste, um abono salarial de 28,6%, sobre os vencimentos de maio de 2014, conforme proposto pela Câmara de Negociação do TRT, em reunião de 04 de setembro. Caso o referido abono seja concedido, haverá um custo adicional para a Universidade da ordem de R\$ 85,8 milhões, que se somarão ao custo anterior, totalizando R\$ 124,5 milhões em 2014.

JR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORIA

INFORMAÇÃO N.º _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Nesse quadro, o grau de comprometimento dos repasses do tesouro com a folha de pagamentos superará os 106% em 2014. A proposta de abono, embora não constitua despesa permanente, amplia, ainda mais, o déficit no ano e acentua a redução das reservas financeiras.

A COP, em sessão realizada em 16 de setembro, considerou que a aprovação da proposta de pagamento de abono não é recomendável, e sua eventual aprovação reforçaria a necessidade de medidas compensatórias adicionais.

Ressalta, ainda, que, caso o Conselho Universitário aprove o abono de 28,6%, isso significará a utilização de mais R\$ 85,8 milhões das reservas da USP, reduzindo a capacidade da Universidade de enfrentar seus compromissos financeiros no curto prazo.

São Paulo, 16 de setembro de 2014.



Ignacio Maria Poveda Velasco
Secretário Geral